

Voto: raiz da democracia

ADHEMAR FERREIRA MACIEL

Se ainda existissem os deuses, não há dúvida de que o melhor presidente da República seria aquele que fosse escolhido pela sorte. Mas os deuses já não mais existem. Foram escorraçados há muito pela razão humana. E essa mesma razão levou o homem a maquirar outras técnicas para a escolha do governante. Dentre essas técnicas, sobressai a das eleições diretas.

Ao mesmo tempo em que se desenvolveu a idéia de soberania popular, descobriu-se, ou inventou-se, a técnica da "representação política". O povo politicamente ativo, vale dizer, o eleitorado, escolhe seus representantes que, por determinado período, devem governá-lo em seu interesse. É uma espécie de "gestão de negócios", onde o representante atua em nome próprio, mas no interesse do povo em geral. Ninguém é presidente, governador ou deputado do grupo "A" ou do grupo "B". Representa o povo em geral, mesmo aqueles que não votaram nele. Essa representação política, como observam Duverger e Linares Quintana, é mais de natureza sociológica do que jurídica.

Nossa Constituição, em seu primeiro artigo, já apregoa: "Parágrafo único: Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição". Depois, no art. 14, quando trata dos "direitos políticos", a Constituição diz que a "soberania popular se-

rá exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos".

No Brasil o alistamento e o exercício do voto são obrigatórios. Isso significa que o voto é um dever. Um dever constitucional. O cidadão, mesmo contra sua vontade, não tem o direito de deixar de votar. É obrigado a exercer o voto, ainda que termine por anular seu voto ou não votar em ninguém. Nesse dever — o dever de ir à urna e ali depositar a cédula eleitoral — é que está a raiz da democracia.

Ninguém imagina, sobretudo aqueles que ainda não votaram, como se demorou a se chegar a essa situação política. Ninguém imagina, quanto sacrifício, quanto derramamento de sangue se fez para se chegar ao direito, ou, no Brasil, ao dever de votar. Sem o voto, não há democracia. Daí sua importância. É preciso, pois, que o eleitor, de modo consciente, cívico, procure votar naquele que melhor represente os anseios nacionais.

Não podemos nos esquecer, na hora de votar, o quanto gerações e mais gerações levaram para atingir esse ponto. Não podemos, assim, de modo irrefletido, jogar fora esse instante — o instante do voto — que ora se nos oferece.

Uma das mais belas e significativas imagens da democracia está no diálogo de Platão "Protágoras" (The Dialogues of Plato — Britanica — Great Books — VII/45), onde o maior dos so-

fistas — Protágoras de Abdera — dialoga com Sócrates.

Sócrates argumenta com Protágoras que quando se quer uma boa obra de carpintaria procura-se um bom carpinteiro, e assim por diante. Por essa mesma razão, dever-se-ia, em questões políticas, procurar alguém sábio. No entanto, os atenienses e toda a humanidade em geral, quando vão deliberar sobre virtude política, permitem, de modo paciente, que todo mundo opine.

Protágoras, através de alegorias, diz que Zeus, com o propósito de evitar que o homem se destruísse a si mesmo, mandou que o mensageiro do Olimpo (Hermes) descesse à terra e distribuisse o sentimento de justiça e o respeito pelo semelhante. Hermes, então, perguntou se a distribuição dessas virtudes cívicas se faria como habitualmente, isto é, para uns poucos. A resposta de Zeus foi negativa. Todo mundo deveria receber um pouco das virtudes, pois, do contrário o homem não teria como sobreviver.

Essa lição da democracia: todo homem, por mais bruto que seja, tem condições de opinar para a formação da vontade política nacional.

Saibamos aproveitar, e bem, aquilo que todos temos igualmente e contribuir para a consolidação da democracia no Brasil.

Adhemar Ferreira Maciel é membro do Tribunal Regional Federal de Brasília